



Participantes de seminário promovido pelo **Correio** ressaltam a necessidade de se buscar soluções vitais para o país — tais como reformas, combate à desigualdade e retomada econômica — independentemente da disputa nas urnas em 2022

Minervino Júnior/CB/DA Press



Na abertura dos debates, o presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (D), ressaltou a responsabilidade de lideranças para ajudar o Brasil a avançar

Urgências nacionais para além da eleição

» TAÍSA MEDEIROS

O Brasil caminha para encerrar 2021 em meio a uma travessia. Profundamente atingido pela pandemia de covid-19, o país tenta se recuperar das consequências sanitárias, sociais e econômicas de uma tragédia nacional em escala jamais vista. Mais de 600 mil brasileiros morreram em razão do novo coronavírus. Milhares de famílias estão aprendendo a viver — e a sobreviver — nesta conjuntura difícil e dolorosa. Em 2022, espera-se chegar a um porto mais seguro. Mas há muitos perigos em alto-mar.

Demissões em massa, fechamento de empresas e alta da inflação são apenas uma parte do emaranhado de desafios vividos pelos brasileiros diante da crise sanitária. Hoje, a estimativa é de que 1 a cada 4 brasileiros vive abaixo da linha da pobreza, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Um quadro dramático, para o qual gestores públicos, autoridades e pesquisadores do assunto “tateiam no escuro” uma saída.

Na busca de convergir os caminhos para que as soluções sejam vislumbradas, o **Correio Braziliense** promoveu, na tarde de ontem, o seminário *Desafios 2022: Para onde vai o Brasil*, transmitido via redes sociais. Participaram dos debates representantes do Legislativo e do Executivo, além de economistas de renome, representantes do setor produtivo e especialistas em questões ambientais.

Com a proximidade das eleições, o receio de um debate polarizado pode atrapalhar no esforço de pautar a resolução de problemas. É o alerta feito pelo presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). “Não podemos deixar contaminar, pelo debate eleitoral, esse objetivo de busca de soluções efetivas para os problemas do

país”, destaca, citando, em especial, o combate à fome e à miséria e a recuperação da economia. Pacheco sublinhou, ainda, a importância de uma forte liderança na condução destes processos.

É sobre este último tópico que a senadora e pré-candidata do Palácio do Planalto em 2022, Simone Tebet (MDB-MS), teceu críticas ao governo de Jair Bolsonaro. Ela lamentou o fato de que o Brasil não deverá crescer no ano que vem porque o atual governo não está tomando “medidas equivocadas”. “Não tenho esperança no ano que vem, porque não temos timoneiro, não temos piloto. O país é muito rico e não vai crescer com este governo”, afirmou. É o que denominou o vice-presidente da Câmara dos Deputados, Marcelo Ramos (PL-AM), como “antiagenda”. “Temos um sistema tributário equivocado, e o governo não tem proposta de reforma tributária. Chamar de reforma tributária aquele remendo de mudanças no Imposto de Renda é uma brincadeira”, atacou.

Democracia

Em contraponto às críticas, o secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida, ressaltou o esforço do governo na promoção de mudanças estruturantes. Enfatizou a importância de reformas serem aprovadas, em especial a administrativa. “É claro que eu gostaria de ter uma reforma administrativa, mas em uma democracia se avança em consensos. É melhor avançar passo a passo na direção correta do que ficar parado”, defendeu o secretário.

Em meio às enormes demandas do país por ações institucionais no Legislativo e no Executivo, é impossível considerar um fator decisivo para 2022: as eleições. Nesse contexto, o **Correio** abriu espaço para outros protagonistas do atual momento se manifestarem sobre as perspectivas no próximo ano.

Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e integrante do Supremo Tribunal Federal, o ministro Luís Roberto Barroso expressou a confiança na democracia brasileira. Ele assegurou que, em 2022, haverá uma eleição democrática, porque “a democracia brasileira resistiu a todos os vendavais”.

Luís Roberto Barroso garantiu que não há qualquer tipo de fraude ou problemas no sistema eletrônico utilizado nas eleições brasileiras. Sobre a polarização, Barroso destaca que ela sempre existiu — mas de maneira “institucional e civilizada”. “A democracia não é o regime político do consenso, mas sim aquele em que pessoas têm respeito e consideração pelas outras mesmo na divergência”, declarou.

Ex-ministro da Justiça e pré-candidato à Presidência da República pelo Podemos, Sergio Moro frisou, também em vídeo enviado ao **Correio**, a importância do combate à corrupção. O pré-candidato disse ser necessário pensar os reveses sofridos no país atualmente. Segundo ele, há “leis sendo alteradas para dificultar o combate à corrupção, tribunais anulando condenações de criminosos por motivos meramente formais”. Para o ex-juiz da Lava-Jato, não há como pensar em governo eficiente se ele estiver contaminado pela corrupção. Esse é um dos desafios mais importantes para 2022, acredita o presidencialista.

O governador de São Paulo e pré-candidato ao Palácio do Planalto, João Doria (PSDB), também enviou depoimento em vídeo. Alertou para a necessidade de mudanças no Brasil, que resgatam a esperança e a fé da população. “Um Brasil que precisa reduzir a dimensão da pobreza, precisa gerar empregos, precisa proteger a saúde da sua população, respeitar o meio ambiente e se recuperar economicamente”, destacou.



Não podemos deixar contaminar, pelo debate eleitoral, esse objetivo de busca de soluções efetivas para os problemas do país”

Rodrigo Pacheco (PSD-MG), presidente do Senado



É claro que eu gostaria de ter uma reforma administrativa, mas em uma democracia se avança em consensos. É melhor avançar na direção correta do que ficar parado”

Adolfo Sachsida, secretário de Políticas Econômicas do Ministério da Economia



Faltou zelo na calibragem das políticas públicas. O efeito do auxílio emergencial foi muito importante. Mas, de forma geral, a gente errou na calibragem, na quantidade e na forma”

Zeina Latif, economista

Inflação emperra reação econômica

Ao projetar o próximo ano, o secretário de Políticas Econômicas, Adolfo Sachsida, afirmou que pelo menos três indicadores da economia brasileira terão perspectivas positivas: o investimento privado, o cenário externo e o mercado de trabalho, com destaque especial para o último ponto. “Com a vacinação em massa e o retorno seguro ao trabalho, uma parcela expressiva de trabalhadores deve ingressar no mercado nos próximos 12 meses”, delineou.

O otimismo de Sachsida contrastou com a visão de economistas convidados para o **Correio Debate**. Eles alertaram para os perigos de uma velha conhecida dos brasileiros: a inflação. “No Brasil, a questão da inflação é sempre complicada. Somos um país com um passado inflacionário, então eu acho que faltou zelo na calibragem das políticas públicas. O efeito do auxílio emergencial foi muito importante. Mas acho que, de forma geral, a gente errou na calibragem, na quantidade e na forma de como foi feita”, observou a economista Zeina Latif.

O receio em relação à inflação também permeou a fala do ex-diretor do Banco Central (BC) Tony Volpon, estrategista da Wealth High Governance — WHG. Ele disse que o avanço da vacinação, com reflexos na retomada da economia, deveria ter levado o Banco Central a uma reavaliação da política monetária. “Quando os resultados das vacinas saem, os mercados reagem rapidamente, e estavam apontando para uma rápida reabertura das economias”, aponta. “O estrago já estava feito”, observou.

Outro ponto de atenção trazido no debate é a falta de âncora fiscal. A economista-chefe do Credit Suisse, Solange Srouf, lembrou que a regra constitucional que limita o aumento de despesas à inflação do ano anterior foi modificada com a PEC — para aumentar o espaço de gastos do governo — antes do prazo previsto, 2026.

Para Srouf, após a mudança na única âncora fiscal vigente, “ela não perdura em governos diferentes”. A projeção é de que 2022 será um ano de desafios. “Vamos passar por um ano bem complicado. Será preciso uma nova agenda, que é a volta da agenda pré-pandemia”, afirmou.

Lado a lado com a discussão econômica, anda também, em relação a 2022, a preocupação sobre a preservação dos recursos naturais. A assessora do Programa de Política e Direito Socioambiental do Instituto Socioambiental (ISA), Adriana Ramos, comentou sobre a situação da Amazônia, que em agosto teve a maior área desmatada para um mês em 10 anos. Ela criticou a atuação do Legislativo e Executivo, defendendo que o governo ignora o tema. “O que a gente tem visto é o país praticamente advogando um direito de desmatar”, condenou.

Nesse contexto, a questão energética ganha especial relevância. “Metade da nossa inflação é de energia, seja energia elétrica ou combustíveis. Não fosse a disparada desses dois itens nos índices de inflação, seguramente a economia estaria passando por um momento melhor”, afirmou Fábio Bentes, economista sênior da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). (TM)